

## 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX

**Estudo Técnico Preliminar 62/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64042.005603/2025-51

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BEC), ao ser designado para a execução das obras referentes ao Complexo de Saúde General de Brigada Médico João Severino da Fonseca – novo Hospital Militar de Área de Brasília/DF e à duplicação da Rodovia GO-213, no município de Morrinhos/GO, desenvolverá atividades que compreendem serviços de desmatamento, terraplanagem, drenagem, pavimentação, soldagem, mecânica leve e pesada, instalações elétricas, serviços em altura, bem como atividades laboratoriais de solos e de topografia.

2.2. Considerando a natureza dessas atividades, verifica-se a efetiva necessidade de utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), materiais de sinalização e segurança, equipamentos de combate a incêndio, além de ferramentas específicas, observando-se que cada serviço demanda itens adequados e próprios para sua execução.

2.3. Dessa forma, torna-se imprescindível a aquisição dos referidos equipamentos e materiais, Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06) – Equipamento de Proteção Individual (EPI)**. Aprovada pela Portaria MTE nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Atualizada pela **Portaria MTP nº 6.730, de 09 de março de 2020** em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06 – Equipamento de Proteção Individual – EPI) e demais normas aplicáveis, de modo a assegurar a execução segura e eficiente dos serviços, bem como o pleno atendimento às diversas missões institucionais deste Batalhão.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Seção Técnica do 4º Batalhão de Engenharia de Construção.	NEEMIAS MACHADO FERREIRA DA SILVA
Seção Técnica do 4º Batalhão de Engenharia de Construção.	AMANDA KATIELLY MAGALHÃES DE MEDEIROS

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. A contratação alinha-se às finalidades do Órgão e é viável do ponto de vista ambiental, econômico e estratégico, conforme demonstra este estudo.

4.2. A Contratada deverá manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, toda a condição de habilitação exigida por ocasião do certame, sob pena do cancelamento da respectiva Ata e garantida a prévia defesa, aplicação da penalidade prevista em lei.

4.3. A empresa contratada deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual de acordo com a Norma Regulamentadora Nº 6 (NR-6) prevista no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Portaria MTP nº 2.175, de 28 de julho de 2022.

4.4. A Contratada deve providenciar todos os meios e cuidados para o transporte dos materiais acordados, de forma que não haja nenhum dano aos Equipamentos e Ferramentas por ocasião da entrega.

4.5. As características de todos os objetos da aquisição devem ser respeitadas para não gerar possíveis problemas durante o processo licitatório, sendo imprescindível para garantia do nível de segurança exigido dos Equipamentos de Segurança Individual.

4.6 Fornecer itens novos, de primeiro uso, no prazo fixado neste edital, após aprovação pela Administração da Contratada, que a si reserva o direito de rejeitá-la, caso não satisfaça aos padrões especificados.

4.7. As cores dos Equipamentos de Proteção Individual devem respeitar as adequações da Instituição sendo restrito as cores: Preta ou verde oliva, podendo conter partes transparentes de forma a não diminuir o grau de proteção seguindo essas características.

4.8. Todos os Materiais e Equipamentos devem ser prescritos pelas normas regulamentares, selo INMETRO, atestando a eficiente e originalidade do item.

4.9. Deverão ser seguidos, nos itens de 61 a 80, os manuais técnicos que regem as dimensões e aplicações de placas e objetos de sinalização: Manual de Sinalização Rodoviária - DNIT, Manual de Sinalização Vertical e Regulamentação - CONTRAN, Manual de Sinalização Temporária - CONTRAN, Manual de Sinalização - CONTRAN e o Manual de Sinalização de Obras Emergenciais em Rodovias - IPR 738.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Tendo em vista que os itens em questão caracterizam-se como bens comuns e já foram objeto de processo licitatório promovido por esta Organização Militar no exercício anterior, constata-se a existência de ampla oferta de empresas atuantes no referido segmento, o que contribui para a competitividade entre os potenciais interessados.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. Conforme dispõe a Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06), considera-se Equipamento de Proteção Individual (EPI) todo dispositivo ou produto de uso pessoal destinado à proteção contra riscos capazes de comprometer a segurança e a saúde do trabalhador.

6.2. Entende-se por equipamento conjugado de proteção individual aquele composto por diferentes dispositivos, associados pelo fabricante, com a finalidade de resguardar o usuário de um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e representar ameaça à integridade física e à saúde no trabalho.

6.3. O EPI, seja de fabricação nacional ou importado, somente poderá ser comercializado ou utilizado quando possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, expedido pelo órgão nacional competente em segurança e saúde no trabalho, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.4. Nos termos da legislação vigente, cabe à organização fornecer, de forma gratuita, os equipamentos de proteção adequados aos riscos identificados, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes hipóteses:

- Quando as medidas de ordem geral não assegurem proteção integral contra acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais;
- Durante o período de implantação de medidas de proteção coletiva;
- em situações de emergência.

Assim, em cumprimento ao que estabelece a NR-06, esta Organização Militar deve disponibilizar gratuitamente aos militares os EPIs e EPCs adequados, em perfeitas condições de uso, atendendo às especificações técnicas exigidas para as distintas frentes de serviço.

Cumpra salientar que, sempre que um produto se destinar ao uso como Equipamento de Proteção Individual e estiver relacionado no Anexo I da NR-06, será obrigatória a emissão do Certificado de Aprovação (CA) para sua regular comercialização.

Dessa forma, os materiais objeto deste processo licitatório deverão ser fornecidos por empresa legalmente habilitada pelo INMETRO, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e devidamente acompanhados do respectivo Certificado de Aprovação (CA), emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. O dimensionamento dos quantitativos de EPI/EPC e demais materiais foi realizado para atender às necessidades das obras à cargo do 4º Batalhão de Engenharia de Construção e mediante análise técnica das atividades executadas.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 917.998,35

8.1. Foram realizadas pesquisas de preço, conforme a Instrução Normativa nº 65 - SEGES/ME, de 7 de julho de 2021.

8.1.1. **Valor (R\$):** R\$ 917.998,3525 (Novecentos e dezessete mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos)

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A futura contratação se dará de forma parcelada e não continuada, conforme demanda, por ser tecnicamente viável e economicamente vantajosa para a Administração (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021 uma vez que os itens não serão agrupados por não haver interdependência entre os mesmos.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Conforme contratação correlata ao Pregão nº 90033/2024.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação colabora para o fiel cumprimento das legislações e normas de segurança, técnicas e de engenharia, e conforme o planejamento de gastos dos recursos, destinados à este fim, estando prevista também no Plano de Trabalho – PTRAB das obras em questão e no Plano de Contratações Anual desta Organização Militar.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Para atendimento ao que estabelece a Norma Regulamentadora Nº 6 (NR-6) prevista no Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com Portaria MTP nº 2.175, de 28 de julho de 2022 esta Organização Militar é responsável por fornecer aos militares e servidores civis, gratuitamente, EPI e EPC adequados, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

A contratação destinada à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), materiais de sinalização e ferramentas visa garantir melhores condições de segurança, eficiência operacional e conformidade legal das atividades desenvolvidas pela Organização Militar, promovendo a integridade física dos trabalhadores e o cumprimento das normas vigentes.

12.2 Dentre os benefícios esperados estão:

- A proteção à integridade física e à saúde dos trabalhadores, o que contribui para redução de acidentes e doenças ocupacionais mediante uso adequado de EPIs e EPCs certificados, preservando a vida e a saúde dos servidores;
- O cumprimento das normas legais e regulamentares, visando de atender às exigências das Normas Regulamentadoras, especialmente a NR-06 e NR-09, garantindo conformidade legal.
- Melhoria na eficiência e produtividade, proporcionando ambientes seguros e ferramentas adequadas reduzem afastamentos e retrabalhos, aumentando a produtividade e a qualidade das atividades.
- Preservação do patrimônio público e do meio ambiente, por meio do uso correto de EPCs e sinalização, prevenindo danos a equipamentos, estruturas e ao meio ambiente, evitando desperdícios e acidentes.
- Fortalecimento da cultura de segurança e prevenção, com a disponibilização e uso contínuo de equipamentos de proteção que promovem conscientização e responsabilidade coletiva com a segurança.
- Padronização e modernização dos recursos operacionais, proporcionados por meio da aquisição planejada de equipamentos, ferramentas e facilitando manutenção, controle e treinamento do efetivo.

12.3 Ressalta-se que a Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06) – Equipamento de Proteção Individual (EPI) aprovada pela Portaria MTE nº 3.214, de 08 de junho de 1978, atualizada pela Portaria MTP nº 6.730, de 09 de março de 2020 (e posteriores alterações), encontra amparo legal por meio da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do então Ministério do Trabalho, a qual aprova as Normas Regulamentadoras (NRs) do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, assim como a Portaria SIT nº 452, de 20 de novembro de 2014 que estabelece os procedimentos para emissão, renovação e cancelamento do Certificado de Aprovação (CA) de EPI, a Portaria SEPRT nº 11.437, de 6 de maio de 2020, a qual atualiza critérios e ensaios de conformidade técnica, bem como as Instruções Normativas e Notas Técnicas da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) sobre a avaliação de EPIs.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13Embora a aquisição contemple bens comuns, os agentes responsáveis pelo recebimento deverão manter o controle sistemático sobre a validade dos equipamentos, condições de uso e necessidade de reposição, garantindo o cumprimento das normas e a efetividade da proteção.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1 Com o objetivo de assegurar a efetiva aplicação de práticas ambientais e socioambientais, por meio da inclusão de requisitos de sustentabilidade nos editais de licitação da Administração Pública, e em cumprimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, bem como em consonância com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – DECOR/CGU/AGU, poderão ser exigidos, nas contratações de bens, os seguintes critérios:

- Materiais sustentáveis: produtos compostos, total ou parcialmente, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

- Certificação ambiental: atendimento aos requisitos necessários para a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, que classifiquem os bens como sustentáveis ou de menor impacto ambiental em comparação com seus equivalentes;
- Embalagem adequada: acondicionamento em embalagens individuais apropriadas, com o menor volume possível, priorizando o uso de materiais recicláveis e assegurando proteção eficiente durante transporte e armazenamento;
- Restrição de substâncias nocivas: inexistência de componentes perigosos em níveis superiores aos estabelecidos pela Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- A utilização de materiais reciclados em produtos destinados ao contato com alimentos observará as normas específicas aplicáveis a cada material. Assim:
- Materiais celulósicos (RDC nº 88/2016), metálicos (RDC nº 20/2007) e de vidro e cerâmica (Portaria nº 27 /1996) admitem o uso de reciclados;
- Para plásticos (RDC nº 20/2008), admite-se apenas PET-PCR em grau alimentício;
- Para elastoméricos em contato com alimentos (Resolução nº 123/2001), o uso de reciclados é vedado.

14.2. Nos casos de embalagens em PET pós-consumo reciclado (PET-PCR), além do atendimento às especificações técnicas, a contratada deverá apresentar registro ou autorização emitida pela Anvisa.

14.3. Por fim, a contratada deverá cumprir integralmente a Resolução RDC/ANVISA nº 275/2002, bem como demais normas e legislações complementares expedidas por órgãos de vigilância sanitária federal, estadual, distrital e municipal.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A aquisição desses equipamentos é motivada pela necessidade de aprimorar a capacitação do efetivo desta Organização Militar (OM), visando garantir segurança no âmbito das obras, prevenindo possíveis incidentes ou acidentes de qualquer natureza que possam comprometer a integridade da tropa, seus bens e dependências, preservando, assim, o patrimônio material e imaterial da unidade militar.

15.2. No que se refere aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), materiais de sinalização e dispositivos de segurança a serem adquiridos, trata-se, em sua maioria, de itens de uso obrigatório. Tal fator torna a presente licitação essencial para assegurar a execução dos serviços em conformidade com a legislação vigente.

15.3. As condições de fornecimento, especificações do objeto e o valor de referência estabelecidos nos documentos que compõem a licitação estão alinhados às práticas de mercado, considerando tratar-se de bens comuns, amplamente disponíveis em todo o território nacional. Tal constatação é respaldada pelos Estudos Preliminares, pela pesquisa de preços e pelo Termo de Referência, reforçando a viabilidade do procedimento licitatório.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**AMANDA KATIELLY MAGALHAES DE MEDEIROS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 04/03/2026 às 16:30:43.*